TEOLOGIA E POLÍTICA NO ANTIGO EGITO

FERNANDO WHITAKER DA CUNHA

1. O caráter teocrático dos Estados orientais. 2. O Nilo na civilização egípcia. 3. Os Impérios Antigo, Médio e Nôvo — AMENÓFIS IV. 4. A origem e a essência do sentimento religioso: DURKHEIM, WILLIAM JAMES, MARX e LENINE. 5. A religião egípcia: o culto das divindades animais e o adogmaticismo (PINNARD DE LA BOULLAYE). 6. O monoteísmo egípcio: politeísmo hierarquizado — teologias de Heliópolis, Ménfis e Hermópolis — o culto de Osíris. 7. Coincidências e analogias entre as religiões hebraica e egípcia.

1. O CARÁTER TEOCRÁTICO DOS ESTADOS ORIENTAIS

Ao tratarmos do feminismo político havíamos, de passagem, nos referido às instituições egípcias. Foram elas, sem qualquer dúvida, a maior contribuição da Antiguidade Oriental para a edificação política, além de terem, no aspecto religioso, influído profundamente na teosfera hebraica, e, indiretamente, no próprio Cristianismo, como, no devido tempo, se procurará demonstrar, e se constituído fonte da sabedoria grega.

O Estado Oriental, de modo geral, se caracterizava pela filiação e identificação dos reis aos deuses, razão pela qual exerciam aquêles um poder despótico e indisputável amparados na casta sacerdotal, embora, com elas, por vêzes, disputassem. Os principais Estados, como a Pérsia (em cujas satrapias se pode lobrigar um dos germes do federalismo), Assíria e Caldéia, mormente pelo Código de HAMURABI, isso bem o comprovam. Vale notar, entretanto, que os Grandes Reis medo-persas não se consideravam deuses. Era tal o respeito dos egípcios por seu rei, que não o designavam pelo nome. *Faraó* significava *palácio,* residência do soberano, o qual, por uma figura de retórica, passou a ser chamado por aquêle nome. Apenas os judeus fugiam a essa regra geral, porquanto suas tradições faziam, tanto do rei como do homem comum, instrumentos da divindade, igualados perante ela de forma absorvente, sendo certo que, sob êsse aspecto, o príncipe era ainda mais responsável que o mais humilde de seus súditos, revelando uma das facêtas de incipiente sentimento democrático, deflagrado decisivamente pelo

movimento cristão. Todavia, a colaboração do povo eleito para uma certa humanização dos costumes, protegendo o estrangeiro, a mulher (DÉBORA chegou a ser Juiz), o pobre, moderando a escravidão e prescrevendo a caridade, não pode ser postergarda através de tôda a sua fascinante história política (períodos dos Patriarcas, da Judicatura e da Realeza) ìntimamente ligada à sua história religiosa que oscilou, inicialmente, entre a idolatria e o monoteísmo, até aquela ser definitivamente banida por SAMUEL, que restaurou a antiga religião. Duas organizações políticas merecem ainda ser referidas antes que ingressemos no estudo do Egito: Cartago, a China e a Índia. A primeira era um prosseguimento da civilização fenícia que a instaurou, sendo o mais característico Estado aristocrático da História, só encontrando paralelo nas repúblicas italianas medievais. FLAUBERT analisou-a com rigor científico em admirável romance, um verdadeiro "collier d'or à la poitrine d'un dieu". Com efeito, em *Salammbo,* Paris, 1938, p. 104, historia o insuperável estilista: "les societés de commerçants, où l'on élaborait les lois, choisissaient les inspecteurs des finances, qui, au sortir de leur charge, nommaient les cent membres du Conseil des Anciens, dépendant eux-mêmes de la Grande Assemblée, réunion générale de tous les Riches. Quant aux deux Suffetes, à ces restes de rois, moindres que des consuls, ils étaient pris le même jour dans les familles distinctes. On les divisait par toutes sortes de haines, pour qu'ils s'affaiblissent réciproquement. Ils ne pouvaient déliberer sur la guerre; et, quand ils étaient vaincus, le Grand Conseil les crucifiait". A classe política vinculava-se, igualmente, ao clero para sua própria estabilidade e os sacerdotes de Baal chegavam a acorrentar o deus para que seu espírito não se apartasse do templo.

DAWSON que, verticalmente, estudou a China antiga, deixa claro que "o Imperador, Filho do Céu, era o Senhor do calendário sagrado e todo o culto estatal era baseado na coordenação ritual entre a ordem social e a ordem cósmica, harmonia manifestada por intermédio do céu."

Também, na Índia, a ordem social estava jungida à ordem cósmica que, por sua vez, dependia do sacrifício ritual.

Inexistindo, também nela, a especificidade do político, compreende-se como êsse estava mesclado com diversas formas de comportamento, num impreciso sincretismo cultural.

Embora o Código de MANU erigisse o Rei, árbitro supremo por sua procedência divina, subordinava-o aos brâmanes que, em verdade, compendiavam as leis e cujas ordens deveriam ser obedecidas cegamente. O despotismo era, por conseguinte, mais de uma casta, que se apoiava mais no conhecimento dos livros sagrados, do que próprìamente no de um homem.

"Depois de uma legislação desaluminada como esta, comenta JAYME DE ALTAVILLA (*Origem dos Direitos dos Povos*, 2.ª edição, Editôra Melhoramentos s/d, p. 59), só mesmo a reação passiva de Buda". Registre-se, aliás, a circunstância de o Estado Antigo se instaurar e se manter ùnicamente pela fôrça.

2. O NILO NA CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

Banhando o Egito das cabeceiras ao delta, o rio Nilo inoculou-lhe vida, fecundando-lhe as terras e nutrindo-lhe os rebanhos, estendendo, como o poeta PAULO MENDES CAMPOS, "as suas barbas velhas ao sol". Embasado na palavra dos sacerdotes pôde HERÓDOTO significar ser o Egito "uma terra nova e um presente do Nilo".

O grande rio era, para os egípcios, a imagem do bem que contrastava com o mal, representado pelos desertos, onde os hebreus colocavam a morada dos demônios, sendo fácil compreender os motivos de sua divinização, chamando-se-lhe de Hâpi e celebrando-se, contìnuamente, sua ação benéfica. Antiga oração dizia mesmo: "Salve Nilo, ó tu que te mostraste nesta terra, e que vens em paz para dar a vida ao Egito! Deus oculto! Tu dessedentas a terra por tôda a parte, caminho do céu que desce", para assim terminar após denominá-lo de "amigo dos pães", "senhor dos peixes", "produtor da cevada": "Êle bebe as lágrimas de todos os olhos, e prodigaliza perante os servidores do norte a abundância de seus bens".

A fertilidade ensejada pelo Nilo, ligada ao acentuado espírito religioso dos egípcios, limitava o horizonte geográfico dêsses últimos. "Preocupavam-se mais com assuntos e problemas internos, dispõe AROLDO DE AZEVEDO (*O Mundo Antigo*, São Paulo, 1965, p. 13), sem levar muito em conta o que se passava para além de suas fronteiras naturais".

Essa realidade indiscutível, pelo menos inicialmente, pode ser complementada com o fato de que mesmo em sua face imperialista, o Egito não foi uma potência náutica.

De qualquer forma atingiu êle a um ímpar e indiscutível grau de progresso, influindo, a bem dizer, em todo o mundo conhecido. "Em matéria de cultura, ciência e riqueza, considera CHARLES FINGER (*Civilização Perdidas*, Ed. Ouro, 1968, p. 29), já muito antes do ano 4.000 A.C., os habitantes do vale do Nilo eram muito superiores aos povos vizinhos e aos de tôda a Europa".

Mostrou PRISSE D'AVENNES que a êles, e não aos fenícios, devemos o alfabeto.

"Vindos da Ásia pelo istmo de Suez, traçou-lhes as origens Cantu, encontraram estabelecida nas margens do Nilo uma outra raça, provàvelmente negra, que repeliram para o interior" (*op. cit.* vol. 1, p. 264).

3. OS IMPÉRIOS ANTIGO, MÉDIO E NÔVO — AMENÓFIS IV

A civilização africana é ainda um campo em que se chocam as teorias. PROBENIUS deu-lhe o devido realce e não faltam cientistas que apontam, em ruínas da África central, sinais de um elogiável

desenvolvimento. A raça negra expulsa pelos invasores proto-semíticos, que extinguiram o seu rudimentar Estado, deve ter sofrido um processo de aculturação, desenvolvendo-o posteriormente em seu nôvo *habitat*. Contudo, a história política do Egito inicia-se quando MENÉS, reunindo os *Nomos* e fundando Mênfis, instaura o Antigo Império, de cujas dez dinastias destacou-se a quarta, por suas conquistas e construções. "É no Antigo Império, historia RAFAEL GALANTI (*Compêndio de História Universal*, São Paulo, 1932, p. 27), que o Egito goza de uma paz interior e executa grandes obras tanto monumentais como agrícolas". O Médio Império, que teve como capital Tebas, abrangendo da 11.ª à 17.ª dinastias, distingue-se, principalmente, pelo expansionismo e pelas obras hidráulicas (abertura de canais e trabalhos para conter as inundações). Com êsse intuito destacar-se-ia o lago Moeris, vasto reservatório construído por AMENÓFIS III, em honra de sua espôsa, em época posterior.

No final do Médio Império, enfraquecido o poder político, o Egito sofreu a invasão dos *hicsos*, povo de origem árabe-cananéia, que, utilizando o cavalo como arma guerreira, que despertava indizível terror, introduziu-o no país, que o desconhecia.

Os Reis Pastôres, durante cêrca de cinco séculos, governaram o Reino das Duas Coroas, assim chamado porque abrangia o Alto e o Baixo Egito, formando mesmo a 16.ª dinastia e fundindo-se na superior civilização da nação conquistada. O grito de revolta parte de Tebas. O príncipe SEKENEN-RA, da 17.ª dinastia, expira fulminado por flechas, apresentando, ainda hoje, a sua múmia as gloriosas cicatrizes do herói nacional. Após um século de lutas os invasores são, afinal, rechaçados por AHMÉS que funda a 18.ª dinastia e inaugura o Nôvo Império. Desde êsse faraó importante o fenômeno passa a ser notado: "a classe guerreira, segundo JOÃO RIBEIRO (*História Universal*, Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, p. 12), sobrepôs-se à classe sacerdotal".

A luta contra os *hicsos* unira e fortificara o Egito que iria entrar em uma fase de exuberância política com seus grandes soberanos. AMENÓFIS I invade a Etiópia e a Palestina, TUTMÉS I avassala inúmeros países, erguendo monumentos às suas vitórias, pai de TUTMÉS II, da rainha HATASU (HATSEPSUT) e de TUTMÉS III. Morrendo jovem e sem descendência o primeiro dêsses irmãos, subiu ao trono como regente, a valorosa princesa que se vestia de homem, inclusive com as barbas do culto, atava a cintura com uma cauda de leão e levou as armas egípcias até o Iêmen. Com seu falecimento cinge-se, com a coroa, TUTMÉS III, o maior de todos os faraós, que chega ao vale do Tigre e edifica o templo de Karnak, em Tebas, glorificando num fascinante reinado de cinqüenta e quatro anos. SETI I RAMSÉS II (SESOSTRIS), que manteve o Império,

combatendo os hititas, temíveis inimigos, e RAMSÉS II, o último dos grandes faraós, prosseguem a série de guerras e de conquistas. Após êle começa a decadência da nação egípcia que, afinal, fragmentando-se em vinte nomos, ou estados independentes, é dominada pelos etíopes, depois de renhida luta, sendo seu trono ocupado pelos invasores, durante longo tempo. Vencidos por sua vez os etíopes, por ASSURBANIPAL, revoltaram-se os egípcios contra os assírios, comandados por PSAMÉTICO I, que, eleito rei, funda a 26.ª e última dinastia, transfere a capital para Sais, no delta, e conquista Azoto, após memorável sítio de vinte e nove anos.

NECAU II tenta organizar uma grande esquadra e unir os mares; AMASIS recebe PITÁGORAS e SOLON e, finalmente, PSAMÉTICO III, vencido em Pelusa, por CAMBESIS, como bem narra HERÓDOTO, encerra, pràticamente, a história do Antigo Egito, dominado a seguir, por persas, gregos romanos, árabes e turcos.

Antes, todavia, do declínio epípcio, no Nôvo Império, surge a figura do faraó AMENÓFIS IV, monoteísta convicto e poeta inspirado, autor de glorificantes hinos ao sol, que instaurou o culto de Aton (daí o seu nome AKHENATON) e transferiu a capital para Akhetaton (O Horizonte de Aton), atualmente Amarna, onde as artes floresceram.

O estudo dessa reforma amarniana, permite-nos ingressar na parte mais importante dêste ensaio, permitindo-nos a crítica após a exposição. Para tanto devemos estudar o fenômeno religioso-político.

Tinha razão HERÓDOTO quando escreveu: "Estender-me-ei mais no que concerne ao Egito, por encerrar êle mais maravilhas do que qualquer outro país". No Egito, pode-se, afirmar, estão as raízes.

"J'arrive tard au seuil de tes mystères", diria RENAN, espírito prodigioso, preocupado com problemas de história da religião e com as origens do sentimento cristão.

Nós mesmos em vários trabalhos, principalmente em *Os Santos: Aventura e Palavra,* temos manifestado interêsse por questões afins das mais importantes da filosofia da Cultura. O teorista do Estado, o cientista político, em suma, não poderá jamais deixar de encarecer a importância das religiões na formação do pensamento e da sensibilidade políticos.

4. A ORIGEM DO SENTIMENTO RELIGIOSO: O CULTO DAS DIVINDADES ANIMAIS E O ADOGMATICISMO (PINNARD DE LA BOULLAYE)

A origem do sentimento religioso é ainda matéria polêmica, gerando pontos de vista inconciliáveis. Coexistem nêle, certamente,

tendências individuais e sociais e sua especificidade consiste na crença de uma relação com o transcendental. O mêdo e o amor, parece-nos, em angustiante simbiose, estão nos fundamentos da religião, para a qual o homem tem uma tendência natural, por sua necessidade do simbólico que lhe sugere o sôbre-humano.

Por isso sua primeira forma de linguagem foi a poética, evoluindo a palavra de primitivas formas de comunicação, por necessidade maior de entendimento (VENDRYÉS), elaborando-se convencionalmente, ainda, por fôrça da vida em comum. Opinava DURKHEIM que a religião nasce da consciência coletiva, sendo um "fato eminentemente social", motivo pelo qual não se poderá abstraí-la de seu meio. Para êle, sociedade e divindade são "aspectos diferentes de uma só e mesma noção", como se pode constatar pelo exame das formas elementares da vida religiosa. Cremos, entretanto, que o seu sociologismo é, de per si, insuficiente para explicar tão perturbador fenômeno a um conteúdo metafísico e escatológico.

WILLIAM JAMES pensava que é a prática de uma religião quem propicia o sentimento religioso. Essa prática, ao que tudo indica, é que deveria ter sido precedida por um sentimento, ainda que de ordem coletiva, como "produto social y fenómeno histórico." como quer CHARLES HAINCHELIN (*Orígenes de la Religión,* Ed. Platina, 1960, p. 26). Os marxistas interpretam a religião como um instrumento das classes dominantes que dela se utilizam para manter o *status quo,* fazendo as classes dominadas e exploradas acreditarem, como uma compensação, numa existência extraterrena melhor. Por êsse motivo seria ela o "ópio do povo".

Ensinava MARX: "Quanto mais põe o homem em Deus, menos contém em si mesmo. O sofrimento religioso e, por um lado, a expressão do sofrimento real, e, por outro, o protesto contra o sofrimento real", acrescentando LENINE que "a impotência das classes exploradas em sua luta contra os exploradores engendra, também, inevitàvelmente a fé em uma vida melhor além túmulo, do mesmo modo que a importância do selvagem em sua luta contra a natureza engendra a fé nos deuses, nos demônios e nos milagres". Vemos nesse trecho do apóstolo do marxismo duas hipóteses, vislumbrando-se, claramente, na segunda uma relação metafísica.

Animal político é, igualmente, o homem um animal religioso. "Verdaderamente que la historia confirma esta caracteristica esencial de la religión, nota ISMAEL QUILES (*Filosofia de la Religión,* Buenos Aires, 1949, p. 26), al presentar al hombre y a la región inseparablemente unidos".

O homem é um ser transitivo. Cápsula de angústia, a ciência, por suas limitações, não é suficiente para completá-lo em sua volúpia de infinito e de eternidade. Daí a sua vinculação ao Mistério

e ao Sagrado. "A meta final de todos os nossos estudos positivos, advertia COMTE, é a exata previsão dos acontecimentos". Êle mesmo pressentiu a necessidade de u'a moral religiosa, instaurando a Religião da Humanidade que tem indisputável núcleo metafísico.

A religião surge com o culto e as raízes da experiência mística que são complexas. Observa FELICIEN CHALLAYE (*Pequena História das Grandes Religiões,* Ibrasa, 1962, p. 267), que a religião se explica pela espiritualização e a socialização de três tendências primitivas: "o instinto de conservação, a curiosidade e a simpatia".

A palavra religião, segundo Cícero, vem de *relegere* — (ler de nôvo), meditando o homem sôbre tudo o que se refere ao culto divino. A sua regra áurea seria "uma piedosa adoração de Deus," tão do gôsto do ritualismo romano. Para LATÂNCIO o vocábulo deriva de *religare* (ligar de nôvo), porque liga o homem a Deus, concepção que nos parece exata. Santo AGOSTINHO, todavia, acreditava que êle proviesse de *reeligere* (escolher de nôvo) em virtude de escolhermos novamente a Deus, pela Religião, após tê-lo perdido pelo pecado.

Substancialmente é o culto religioso uma união mística do homem com a divindade. Ao demais êsse vínculo, por sua natureza, é que o caracteriza, e cuja vitalidade é estudada por uma sociologia especial que é a Sociologia Religiosa, cujo nome bem especifica o seu objeto. É baseada nas pesquisas dessa ciência que a Igreja contemporânea pôde "ver claramente para agir eficazmente," na expressão de PIO XII, que iniciou o *aggiornamento* continuado pelo Concílio Vaticano II.

Foi na Idade Média que a Teologia passou a designar a ciência que analisa a religião, partindo das verdades reveladas. Sendo o seu objeto os dogmas revelados por Deus, transcenderia êle o conhecimento filosófico que seria, como ainda hoje, *ancilla Theologiae.* Enquanto a Teodicéia é uma especulação racional, a Teologia assenta, sobretudo, na fé, definida por São PAULO como "a substância dos bens que nós esperamos, a prova das realidades ainda invisíveis", sendo, dessa maneira, a *inteligência da fé,* que vê, em Deus, o "océan sans rivage de la substance infinie", na sublime fórmula de São JOÃO DE DAMAS (7.º século). Entretanto, se considerarmos que "la théologie nait, se développe, se construit, s'acomplit tout entière, à l'intérieur du mystère", como expõe CHENU (*La Théologie est-elle une science?,* lib. Arthème Fayard, 1957, p. 39), podemos ter como teológicos os estudos das experiências místicas em geral. "O conceito essencial do misticismo, discreteia TURBEVILLE (*A Inquisição Espanhola,* Portugália Ed. s/d), é que a alma, por meio da completa renúncia a si mesma, da abstração total das coisas do mundo e da contemplação absorta da Divindade, pode

apreender espiritualmente as verdades divinas para além das faculdades do entendimento".

Entre os povos antigos, a morte, não só interessava ao sentimento religioso como exercia primordial função política, provindo daí, acreditamos, uma visceral junção da Teologia com a Política. No instante, aliás, em que a mente sente a necessidade da causa última, estabelecendo uma hierarquia entre o natural e o sobrenatural, surge, por razões várias, a urgência da montagem da vida coletiva. "A Política, como ciência, encontra-se em AMOROSO LIMA, está subordinada à Ética e, em última análise, à Teologia". A inserção do religioso na História, observada por OLIVEIRA TORRES (*Religião e Política, in O Estado de São Paulo,* de 25/1/69), é, pois, uma verdade axiomática, influindo no fenômeno político, "o ato ou situação concernente à formação, estrutura e atividade do poder do Estado", como o concede DARCY AZAMBUJA.

Assim como a crise do pensamento político afeta o pensamento científico, como denuncia MANNHEIM, a crise do pensamento religioso impregna o pensamento político, fato que, na Antiguidade, era ainda mais evidente. A laicização do direito veio com os romanos que lhe permitiram, em decorrência, um desenvolvimento racional, já constituindo o político, uma parte essencial da formação do cidadão.

"A principal tese da Sociologia do Conhecimento, focaliza MANNHEIM (*Ideologia e Utopia,* Zahar, 1968, p. 30), é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais".

Deflui, da observação, a importância de relacionar o pensamento teológico-político egípcio com seu substrato social, sem que essa posição acondicione um materialismo.

De modo geral a religião primitiva é como as crenças da Nova Holanda das quais se disse que "é uma névoa em que existe Deus, mas donde êle ainda não saiu".

Segundo COMTE, o pensamento teológico passa por três fases: o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo. A crítica moderna, entretanto, demonstrou que esssas etapas não são estanques.

Referindo-se à religião dos antigos egípcios, atesta MICHULIN (*História da Antiguidade,* 2.ª ed., Ed. Vitória, 1961, p. 21), que, primitivamente, a crença nos espíritos importava em acreditar "que êsses espíritos moravam nas árvores, nos animais, nos rios ou nas montanhas". Realmente, o animismo, como TYLOR o concebeu em 1871, é a forma rudimentar do sentimento religioso, não se podendo conceder êsse sem aquêle.

Sendo a caça a ocupação precípua dos antepassados dos antigos egípcios, e seu meio de subsistência, os animais, como ocorria

com o Nilo, começaram a ser divinizados, ou a representar deuses ou a ser mesmo consagrados a êles, acompanhando-os. Detalhes tirados à animalidade são encontradiços nas divindades egípcias. HERÓDOTO presenciou crocodilo (Sebek) ornado de jóias, sendo cultuado. *Thot,* tinha a cabeça de ibis, *Sechmet,* de leão, encimada por uma serpende, *Hathor,* de vaca, da qual *Isis* tinha os chifres, *Horus,* de falcão, *Anubis,* de chacal, *Bestis,* de gata, *Nekhebt,* de abutre. O boi Apis escolhido mediante ritual era consagrado a Osíris e seus restos depositados no *Serapeum.* O deus-carneiro *Khnum* era divindade criadora, em seu mister de oleiro, modelando as criaturas. "Êste animal-homem criador, depõe CHALLAYE (*op. cit.* p. 32) lembra bem particularmente os mitos do totemismo". No pensamento de AMBROGIO DONINI (*Breve História das Religiões,* Ed. Civ. Brasileira, 1965, p. 80), só o totemismo, com suas formas diferenciadas de culto dos animais, das árvores e dos fenômenos naturais, explica-nos as origens da religião no Egito".

A existência do totemismo egípcio é ainda tema intranqüilo pela precariedade de nossos conhecimentos com relação às origens da civilização nilótica, mas é uma tese perfeitamente defensável por construção sociológica.

Ao que se presume o totemismo nasce no deserto como uma compensação, remediando os tabus, a falta de alimentos. Assevera CRISTOPHER DAWSON que "a raiz do totemismo autêntico deve ser procurada no conceito do totem, como um doador de alimentos e nos ritos para a conservação e desenvolvimento dos meios de subsistência".

O antropomorfismo de XENÓFANES pelo qual os homens "acreditam que os deuses nasceram com êles, que têm sentidos, voz e corpo iguais aos dêles", é mais um fenômeno grego que egípcio, os quais por considerarem os atributos misteriosos da animalidade revestiram, inicialmente, o divino de forma animal antes de dar-lhe figura humana. Essa tese não é aceita por CANTU (*op. cit.* vol. 1, p. 287), o qual entende que só, posteriormente, Deus "passará a disfarçar-se, revestindo forma de animais, para vigiar os homens e as sociedades"... De qualquer forma tem razão SODERBLOM: "em nenhum lugar o culto dos animais manteve-se com tanta tenacidade como no seio da religião egípcia". Alguns historiadores das religiões partem não do *totem,* mas do *mana,* fôrça difusa por tôdas as partes, o "Deus impessoal", de que nos fala DURKHEIM. É do *mana* que proviria a crença nos *totens,* que seriam primitivas formas de incorporação de fôrças mágico-religiosas dispersas.

Já, nêsse amálgama, se faz presente a magia, possìvelmente com caráter religioso, que perdeu na época histórica quando "aparece em relação não com Deus ou deuses superiores, discrimina

NICOLAU BOÉR (*Introdução à Sociologia Religiosa,* Ed. Herder, 1955, p. 73), mas com podêres subalternos e, por isso, produz no homem não o reconhecimento de sua dependência, muito pelo contrário, o induz a aproveitar essas fôrças difusas e ocultas para diversas manipulações no sentido de assegurar o seu destino temporal e eterno".

Desde cedo observou-se no Egito a formação da casta sacerdotal, constituída pela aristocracia, e que gozava de indiscutíveis privilégios. Essa casta, por circunstâncias várias, e em diversas épocas, iria disputar a hegemonia com a realeza de direito divino. Adverte o egiptólogo MEDEIROS FALCÃO que a religião epípcia evoluiu "paralelamente às transformações políticas e sociais que o Egito experimentou, no curso de sua longa e curiosa história" (*Religiões no Antigo Egito,* preleções de 1968).

Essa religião, segundo a classificação de PINNARD DE LA BOULLAYE, seria *adogmática* (ou por não ter dogma, ou por não exigir assentimento a êles) que se distingue das religiões *dogmáticas* pela ortodoxia com que essas postulam a aceitação de suas doutrinas, que têm por exatas. Podem ser essas últimas *naturais* (porque extraem seus princípios da razão) e *sobrenaturais* (pelo fato de receberem seus dogmas pela revelação, como o cristianismo, o judaísmo e o islamismo).

Os quarenta *Nomos,* aproximadamente, existentes no primitivo Egito e oriundos da união de *gens,* e que tinham denominações tiradas aos animais (Chacal, Monte das Serpentes, etc.) foram, como já referimos, unidos por MENÉS que se tornou, ainda, Rei do Alto e do Baixo Egito. Êsses *Nomos,* governados por um *Nomarca,* tinham vida própria e independente, guerreavam-se mùtuamente e adoravam deuses locais, cujo culto era, muitas vêzes, exportado pelas guerras vencidas. As lutas armadas eram, no fundo, batalhas em que os deuses pelejavam através de seus crentes. Sendo assim, é fácil deduzir como a importância dos deuses dependia do sucesso político que, por sua vez, nêles se apoiava. O Egito, mesmo unificado, jamais se apartaria de um federalismo religioso, representado, então, pelo papel de suas grandes cidades, oscilando a sua história, como já examinado, entre a união e a desunião políticas.

Os deuses não eram, indistintamente, adorados em tôda a nação. "Cada *Nomo,* assim como tinha a sua dinastia, lembra CANTU (*op. cit.* vol. 1.º, p. 281), fonte autorizada, tinha a sua divindade nacional, que era uma das formas e possuía um dos nomes do Deus único". A observação final provém do fato de transparecer a unidade de Deus no politeísmo egípcio, através do culto da Deusa-Mãe, divindade primordial, relacionada com a fôrça fecundante, de onde tudo emanava, e com a própria vida.

Deus-terra e Deusa-celeste representavam-na, respectivamente, a serpente e o pássaro. Divindade agrícola, acompanhavam-na animais e era adorada, em forma vegetal, na "Árvore da Vida". Como tal, era, em conseqüência, a deusa do amor, da morte (pelo retôrno do homem à terra) e da guerra. Como diz MEDEIROS FALCÃO, "estamos diante de variados aspectos da Deusa-Mãe, sem que isso implique qualquer alteração de sua figura una". Essa deusa é quem irá informar e fornecer atributo às divindades femininas e masculinas, exportando-se inclusive para outros países. Nekhbet, Hathor, Ísis, Osíris etc. têm indiscutíveis qualidades da Deusa-Mãe que, permanecendo como um resíduo mágico, associou-se às demais divindades. O monoteísmo, às vêzes, nada mais é que um *politeísmo hierarquizado,* como se percebe. A monolatria, pela qual um povo adora um deus único, admitindo que outras nações tenham seus deuses, abre caminho ao monoteísmo, que é exclusivista. Foi êsse, no entendimento de CHALLAYE, o caminho percorrido pelos judeus.

Conceituando instituições religiosas, deixa patente MARCEL PACAUT que elas "compreendem o conjunto de regras e estatutos que exprimem a situação jurídica de tudo quanto, de um forma ou de outra, diz respeito a uma religião".

As normas religiosas exerceram insondável influência, não resta dúvida, sôbre a vida político-social egípcia. A poligamia ou monogamia dos deuses refletia-se na constituição da família e uma estabilidade teológica na máquina administrativa.

6. O MONOTEÍSMO EGÍPCIO: POLITEÍSMO HIERARQUIZADO — TEOLOGIAS DE HELIÓPOLIS, MÊNFIS E HERMÓPOLIS — O CULTO DE OSÍRIS

Ao tempo do fascinante reinado de TUTMÉS III, como narrado, o clero de Amon, ciente de sua fôrça e de seu prestígio, quis unificar os cultos do Egito para dar-lhe uma só doutrina religiosa, embora os grandes deuses tivessem já, ao que parece, se impôsto aos deuses locais, hieràrquicamente.

A hegemonia de Tebas fortaleceu os cultos amoniano e osiriano, mormente o primeiro, e fêz que, como medida política, a cosmogonia hermopolitana incorporasse a devoção a Amon. A conciliação política fêz, igualmente, que se constituíssem as duplas de deuses e mesmo as trindades como Amon-Rê-Ptah, associando-se Osíris a Rê, executando, o primeiro, a vontade sagrada, sendo o segundo, a consciência divina e o terceiro, o seu verbo. Essa trindade consistia verdadeiro politeísmo-monoteísta.

Para bem se compreender essas conciliações é preciso levar em conta que havia três grandes teologias: a dos sacerdotes de Heliópolis, a de Mênfis e a de Hermópolis.

A primeira instituía Atum como o grande Deus criador. A segunda atribuía a criação a Ptah e a terceira a Thot. Daí a necessidade de acomodações no permanente intercâmbio entre o religioso e o político. Assim como existiam as teologias solares, existiam as dinastias solares, manifestações, encarnações e intermediárias do Grande Deus e que constituíam legítima *raça solar.*

A união, principalmente, do clero de Amon com a realeza constituiu privilegiada oligarquia com o sacrifício do povo que suportava os crescentes impostos em prol da opulência das classes favorecidas. A religião egípcia não deixava de ser instrumento e pretexto da opressão organizada. Uma reação já se fizera sentir sob AMENÓFIS III, mas sob AMENÓFIS IV, seu filho, foi que ela se desencadeou.

Ao seu tempo o clero de Amon controlava a educação, os serviços públicos, os cargos administrativos, a justiça, nada se fazendo no Egito sem a sua intervenção, garantida por sólida espionagem. Clero assim tentacular teria que acumular grandes riquezas ainda mais que tinha participação nas pilhagens realizadas durante as guerras. Por tudo isso convinha incrementar o ocultismo já existente. Notou bem SERGE HUTIN (*As Sociedades Secretas,* Dif. Eur. Liv., 1959, p. 23), que "a religião egípcia foi esotérica por excelência: seus ritos, ao menos em sua parte essencial, eram subtraídos à vista do público". AMENÓFIS IV revigora a teologia solar dos sacerdotes de Heliópolis que consagrava Rê-Atum, como o Deus Criador. "Sou Atum quando estava isolado em Num; sou Rê em sua primeira aparição quando começou a reger o que havia criado", rezava o cântico do *Livro dos Mortos.* A oficina lírica de TASSO DA SILVEIRA, animada pela busca de uma beleza serena e pura, compreendeu bem êsse mistério essencial: "O Mar de Deus é o Mar das grandes águas madrugais em perpétuo instante de gênese".

Aton, o Sol, ressurge com u'a mensagem de solidariedade e ternura, de amor e bondade, de igualdade e paz. Para atrair as grandes massas Akhenaton (o *Serviçal de Aton,* nome que adotara para substituir o anterior que significava *O Repouso de Amon*) torna mais acessível a linguagem do culto, cujos ofícios se tornam públicos. Ponderou, aliás, FOOT MOORE que, enquanto o culto é privilégio das classes favorecidas, o povo, em seu culto doméstico, inclina-se para os deuses não incluídos no culto oficial. Surgem, então, os deuses populares cujo prestígio crescente poderá influir na máquina política, chamando a atenção do Estado. A moral egípcia que era pré-cristã depura-se ainda mais, fazendo depender a realização de bom da presença de Deus, cuja ausência faz o homem precipitar-se no mal. As oligarquias privilegiadas foram banidas pelo sentimento democrático nascente e o atonismo aspirava

o ecumenismo. Não mais existiriam distinções por motivos de raça e nacionalidade.

Para tanto o Faraó teve que enfrentar o clero de Amon, obtendo o paradoxal apoio dos círculos militares que, em verdade, ficavam prejudicados com a abolição das guerras. Pregando o amor divino universal numa época hostil, AKHENATON baniu do culto a superstição e o temor em prol da fraternidade e da ventura. Por isso cantava ao seu deus que criara "um Nilo no céu":

"Os países da Síria e Núbia,
A terra do Egito;
Colocas todo homem em seu lugar,
Supres as suas necessidades".

JAMES BAIKIE atesta que a intelectualidade moderna considera AMENÓFIS IV "a figura mais interessante da Antiguidade, certamente por desejar acelerar o processo histórico de um povo completamente despreparado, para aceitar e compreender tão profundo conceito de liberdade interior. Ao deus do Faraó se poderia aplicar o registro de BERGSON: "é um Deus comum a todos os homens, do qual a única visão por todos seria a abolição imediata da guerra". Aton não se corporificava em qualquer imagem e era cego aos talismãs e textos de magia, cujas fórmulas lidas provocavam a manifestação da vontade dos deuses. O amor radical que pregava exigia mesmo a abolição da escravatura e a soltura de prisioneiros.

Tal revolução espiritual teria que ter repercussões na esfera política, social e econômica. O misticismo do Faraó fizera-o descuidar-se da coisa pública. O término das guerras abalara o erário; o desapêgo total pelas coisas terrenas olvidara os campos; os inimigos percebendo a fraqueza militar do Egito ameaçavam suas fronteiras e, vanguardeiras da anarquia próxima, rondavam a miséria e a fome.

Os aliados recebendo menores presentes, tornavam-se hostis por não poderem contar ainda com um príncipe pacifista. "Outros clamores, relata CHARLES FRANCIS PORTER (*História das Religiões*, Ed. Ouro, 1968, p. 37), partiram de príncipes vassalos da fronteira da Síria, lastimando a pressão exercida por povos de países contíguos".

Duramente acossados por inimigos êsses monarcas sentiam-se desamparados e, lògicamente, dispostos a uma aliança mais segura.

Desmoronava-se o império egípcio, enquanto o Faraó, numa cidade inacabada, entoava loas ao Sol. Os distúrbios internos, então, insuflados pelo agora clandestino clero de Amon, desenvolveram-se, contando com o apoio popular. A frágil saúde de AMENÓFIS IV, o real consorte de NEFERTITE, minada por uma linhagem real

repleta de uniões consangüíneas, terminou por levá-lo ao túmulo. De seu reinado, anote-se a coincidência, data a primeira aparição do povo judeu, na História com o nome de *Khabimn,* conforme documentos encontrados em seu palácio. O regente SMENKHARA governou pouco, nada realizando. Consta que de sua passagem pelo poder só restou um rótulo, com uma data, num vasilhame de vinho.

A restauração amoniana veio com o genro de AMENÓFIS IV, TUTANKHAMON, que como outros membros da família real, trocara de nome, abjurando Aton. Êsse Faraó-menino, que poucos anos regeu os destinos do Egito, e que morreu jovem, deve tôda a sua glorificação ao fato de ter sido o instrumento da reintronização de Amon. A côrte retornou a Tebas, abandonando AKHETATON à própria ruína. A múmia de AMENÓFIS IV foi vilipendiada, seu nome apagado das inscrições (a magia acreditava que a destruição do nome equivalia à destruição da própria pessoa) e sua memória ligada ao cognome "aquêle criminoso". Vingavam-se assim os sacerdotes de Amon que a 20.ª dinastia voltaria a perseguir. HOREMHEB, que fôra general de AMENÓFIS IV, subindo ao trono, demonstrou que nem tôdas as inovações do atonismo se haviam perdido, desenvolvendo uma política democrática, fundada no direito natural. O ideal cosmopolita prossegue com SETI I e RAMSÉS II, que realiza um sincretismo religioso, integrando deuses orientais na teologia solar, e inaugura o internacionalismo com o pioneiro tratado de 1278 A. C. com os hititas, povo que detinha o monopólio da exploração do ferro, documento em que o deus hitita Teshub é invocado as lado de Amon-Rê. O Egito renunciava à hemogenia religiosa em favor da hegemonia política, que só poderia ser conseguida com a introdução de deuses asiáticos no seu panteão, como revela MEDEIROS FALCÃO. Não concordamos, por conseguinte, com JEAN IMBERT (*Le Droit Antique,* Presses Universitaires, 1961, p. 10), quando explana: "Passionante par son histoire publique et artistique, l'Egypte n'offre du point de vue du droit, aucun interérêt", uma vez que, no Egito, as relações internacionais tinham, a partir de certa época, indiscutível relevância jurídica.

Importante papel teológico-político representou o culto de Osíris, legítimo deus popular do antigo Egito, e perante o qual eram iguais todos os homens. Associado ora a Rê, ora a Amon, a humanização que trazia deve ter influído no próprio atonismo. A sua legenda empolgava e anunciava a aurora, a redenção e a imortalidade. Êsse deus que fôra rei, na dinastia divina; que fôra assassinado por Seth, deus das trevas; que ressuscitara pelo amor de Ísis e que fôra vingado por seu filho Horus, era bem a imagem de uma vida melhor. Fôra êle quem ensinara, aos homens, a agricultura, propiciara as instituições e apresentara a noção de lei. Surge êle, pois, como um deus agrário, símbolo da fecundação e do sol, do

bem e da vida, por conseguinte, mas também dos mortos a cujo tribunal preside. Os mistérios de sua ressurreição era celebrados em Ábidos, em cerimoniais secretos. Por isso se dizia que "a alma do morto ia para Ábidos pelos caminhos de Rê, para alcançar os horizontes de Atum, junto a Osíris, o bem". A oposição de Osíris a seu irmão Seth parece, ao que assevera CHALLAYAE, representar as lutas do norte contra o sul e o triunfo do Delta. "Osíris, como anota PONTES DE MIRANDA, fetiche multiforme acaba por humanizar-se e todos os egípcios nêle reconhecem o chefe dos homens".

Para essa humanização concorreu, decisivamente, o lirismo de sua legenda e o drama passional vivido por Ísis, após sua morte, confiante na perenidade do amor. Eis uma oração de Ísis, pertencente ao culto funerário de Osíris:

"Oh Belo Mancebo! Vinde à tua Casa. Eu não te vejo mas meu coração deseja unir-se ao teu, e meus olhos te invocam. Vinde tu com quem te ama. Vinde à tua irmã, vinde para a tua espôsa, oh tu cujo coração cessou de bater. Vinde à senhora de tua casa, sou tua irmã, filha da mesma mãe. Tu não devias estar afastado de mim. Os Deuses e os homens reuniram seus bens em teu favor e te lamentam conjuntamente...".

Em verdade, a moral osiriana ensina que o pássaro que não busca o alimento, onde estiver, perecerá de fome; o salmão que não se esforça para chegar à fonte onde nasceu, fenecerá sem música; o ser que olvida que nada conseguirá sem dar, nada terá. A luta é a única filosofia válida, do nascimento à morte.

O culto de Osíris, perfeitamente entrosado numa religião altamente espiritualizada, que distingue o elemento material (*Khat*), dos elementos espirituais *Ka* (princípio divino anterior e estranho ao homem que nêle representa a divindade) e *Ba* (a consciência individual, a alma do homem, formada da união do *Khat* com o *Ba*, subsistindo, em virtude disso, o *Ba*, após a morte, por ligado ao *Ka*, princípio imortal, parcela do Grande Deus Criador, que cabe a cada homem, contribuiu, fortemente, para um abrandamento de costumes. Costuma-se relacionar o deus egípcio com os mitos de Orfeu, de Hira e com a figura de Cristo, em que a morte não significa uma destruição mas um renascimento.

Curioso observar que, no Egito, como na Índia, a cruz era um símbolo religioso. Em linguagem sagrada a cruz ansada (*Ankh*) significava a vida eterna.

O historiador não deve evitar as comparações, uma vez que o envolver dos agrupamentos sociais não progride em encerros, necessitando, ao contrário, de contactos culturais para o seu jôgo histórico. Nesse contínuo intercâmbio os agrupamentos mais civilizados impõem-se aos menos, mas êsses, por sua vez, não deixam também de contribuir com algo para os primeiros. A História, por

ser um sistema, não pode ser estudada, mesmo em ângulos especiais, sem uma arejada visão de seu conjunto, provindo dessa circunstância a necessidade do paralelismo e do método comparativo, inapartável das considerações de ordem histórica, que demonstram estar as evoluções dos povos ìntimamente ligadas. A cosmovisão paralelística, própria das pesquisas históricas, e que deve ser complementada por outras, tem tido real aplicação, por exemplo, nos ensaios de FIORE CROPANI que, cotejando civilizações, tira esplêndidas ilações científicas. DONINI, que considera existir tantas formas de religião quantas forem de vida econômica e social, ensina (*op. cit.* p. 76): "cada História das religiões apresenta-se naturalmente como um estudo comparado, isto é, como um confronto crítico entre os elementos comuns e os dados diferenciais que se encontram em tôdas as formas de fé, daquelas chamadas primitivas às mais recentes".

7. COINCIDÊNCIAS E ANALOGIAS ENTRE AS RELIGIÕES HEBRAICA E EGÍPCIA

Existem não só inevitáveis coincidências, como analogias, entre o pensamento religioso dos egípcios e a concepção religiosa dos judeus. MOISÉS, como é sabido, passou grande parte de sua vida no Egito, educando-se na côrte dos reis, convivendo com os sacerdotes e impregnando-se, profundamente, da cultura do vale que sentia, também, o influxo de outras culturas. É certo que estêve em Heliópolis, grande centro religioso, discutindo-se ainda se como sacerdote ou leigo. Foi, êle, sem dúvida o primeiro dos historiadores.

A gênese do mundo, pairando o espírito de Deus sôbre as águas, parece-se, surpreendentemente, com a versão oferecida pelas teologias solares, quando o Deus Criador emerge das águas primordiais (*Num*), bem como a passagem em que o Demiurgo, com a palavra, ordenando que se faça a luz, se assemelha aos hinos a Ptah, "o grande e único: Êle é o coração e a língua da Enéada dos deuses... Êle foi quem engendrou os deuses... Êles nasceram no coração e *alguns nasceram na sua língua, em forma de Atum*".

"A terra era informe e vazia, rezam as Escrituras, e pairavam sombras sôbre a face do abismo; e o espírito de Deus se movia acima da face das águas".

E Deus disse: "Faça-se a luz. E a luz foi feita".

Em bela imagem diz CESAR SALGADO (*A Excelência da Palavra,* São Paulo, 1962, p. 5), que a palavra foi instaurada antes da luz, que dela nasceu: "No momento em que se cumpria a obra da criação, poderia, sem dúvida, o Criador prescindir de recursos verbais para que se operasse o portentoso milagre. Êle, porém, falou".

Consigna RAFAEL GALANTI (*op. cit.* p. 6) que a história dos tempos primitivos já estava no poema caldeu de ISDUBAR. "A não serem algumas alterações de pouca monta, entende o sábio jesuíta, dir-se-á que a narração mosaica foi copiada dêsse poema ou vice-versa".

Quando Deus revelou-se a MOISÉS afirmou: "Sou aquêle que é" (*Êxodo,* 14). Comparem-se essas expressões com as constantes no templo de Ísis, em Sais: "Eu sou aquêle que é, foi e será: nenhum mortal levantou o véu que me cobre". Os israelitas, durante a estadia no Egito, informaram-se, verticalmente, das tradições locais, mormente dos textos sagrados. KREGLINGER mostra que muitas das palavras do Decálogo estão no Capítulo CXXVI do *Livro dos Mortos,* que trata da *confissão negativa* do morto perante o tribunal de Osíris: "Jamais fiz o que os deuses detestam. Não consenti que o senhor maltratasse o escravo. Não fiz alguém passar fome. Não causei lágrimas. Não matei." etc.

A esperança da imortalidade manifestado pelo culto de Osíris e Ísis não só influenciou os hebreus como transmitiu-se ao próprio Cristianismo, expandindo-se no começo do Império, por todo o mundo romano, provindo daí as festas litúrgicas em que desfilavam os *currus navalis* (dai carnaval) que transportava a efígie da deusa, protetora também dos marinheiros, precedidos de grupos que cantavam e dançavam. Acrescente-se, que a imagem de Ísis com o pequeno Horus lembrava a da Madona com o Menino. O nascimento do Sol era festejado pelos egípcios na mesma data em que festejamos o Natal, sendo que as preces de Ísis lembram de perto a hinologia cristã: "Exultai! A Virgem concebeu, a luz triunfa". O Salmo 104 tem muito dos poemas de AMENÓFIS IV e Aton, bem como alguns dos cânticos de SALOMÃO. Em lâmina de ouro sob a múmia de AKHENATON, descoberta em 1907, estava a seguinte oração: "Aspiro o doce sôpro que da Tua bôca promana. E cada dia olho a Tua beleza. É meu desejo ouvir a Tua doce voz, ainda que se me revigore o corpo pelo Teu amor. Dá-me as Tuas mãos, plenas de Teu espírito, que êste possa receber e através dêle viver. Chama-me pelo nome até a eternidade, que nunca deixarei de atender-Te". Khnum, o deus oleiro, lembra a criação pela argila. Os egípcios praticavam a circuncisão e, inclusive, tinham o bode expiatório, sendo certo, ainda, que a serpente Apap, como acreditavam, símbolo das fôrças maléficas, igualmente tentou destruir a obra divina. Segundo a crença reinante o boi sagrado Ápis não tinha pai, tendo sigo gerado por um raio de lua, e era unigênito.

Abandonado pelas tropas na campanha da Síria o vigoroso Faraó RAMSÉS II volta-se para seus deus e ora: "Onde estás tu agora meu pai Amon? Atentai em mim, pois um pai abandona seu filho?

Passeando ou parado não está sempre a minha face voltada para ti?" etc.

"Esta súplica, comenta CANTU (*op. cit*, 1.º vol, p. 497), semelhante no pensamento e na forma às invocações que os israelitas dirigiam a Jeová, Deus dos exércitos, "foi atendida por Amon. RAMSÉS deu sôbre os inimigos e dispersou-os".

Ela se parece, ainda, com determinadas inovações de Cristo.

A teologia egípcia estabelecia que o deus Thot dividira os homens, estabelecendo linguagens diversas e não faltam filósofos que façam derivar *Adonai* de *Aton*.

Não há dúvida que os hebreus muito recolheram da religião do Antigo Egito, mas o que nos parece importante foi a influência que receberam do ardente monoteísmo de AMENÓFIS IV.

O estudo da Antiguidade, mais do que qualquer outra idade, comprova as relações entre a Religião e a Política, a qual sintetiza a história do homem pelo "conflito entre a liberdade e a autoridade", conforme LOURIVAL GOMES MACHADO, precìpuamente no que concerne à sedutora civilização egípcia que encontrou em MIKA WALTARI um fiel e prodigioso retratista, e que nos inspirou êste poema:

"Ficarás em pele
E água,
Topázio e íbis
(Beleza não revelada)
E em sonatas, murmurando
No outono.
Entre os lótus e o touro
Me ofertarás a concha.
Ruminarei os olhos
E o *número dourado*.
Enquanto felinos ceiam pássaros,
A noite se esvai num funil
De Argila".

Escreveu, com ênfase, o romancista filandês *O Egípcio*, São Paulo, 1953, p. 8: "Todo aquêle que uma vez bebeu água no Nilo, ansiará para sempre tornar para perto dêle, pois a sêde não se aplacará com as águas de nenhuma outra terra".